ethic@
http://dx.doi.org/10.5007/1677-2954.2020v19n2p193

DOIS MOMENTOS DO COSMOPOLITISMO KANTIANO

TWO MOMENTS OF THE KANTIAN COSMOPOLITANISM

VINICIUS DE FIGUEIREDO[1]
(UFPR/CNPq - Brasil)

RESUMO

Nesse artigo, busco investigar dois momentos da concepção kantiana de cosmopolitismo. Primeiramente, como ela aparece nas *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* (1764) e, em seguida, como é retomada em *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784). Argumento que nesses dois textos há um nexo entre cosmopolitismo e história e que esse vínculo opera sob o fundo da metafísica especial. Atestada pela ideia especulativa de totalidade, pertencente à cosmologia racional, a articulação entre cosmopolitismo e metafísica especial termina por evocar a teologia racional, devido ao uso que Kant dá à "natureza" como a autora de um plano orientado para realizar a destinação moral da humanidade. Após examinar o estatuto dos argumentos teológicos nas *Observações* e na *Ideia de uma história universal*, procuro apontar as diferenças da concepção kantiana de cosmopolitismo nesses dois escritos.

Palavras-chave: Cosmopolitismo; Kant; Método crítico; *Metaphysica specialis*; Finalidade.

ABSTRACT

In this article, I shall investigate two moments of the Kantian conception of cosmopolitanism. Firstly, how it appears in the *Observations on the feeling of the beautiful and the sublime* (1764), and then how it is taken up in the *Idea for a Universal History with a Cosmopolitan Purpose* (1784). I argue that in these two texts there is a link between cosmopolitanism and history and that this link operates under the backing of special metaphysics. Attested by the speculative idea of wholeness, which belongs to Rational Cosmology, the articulation between cosmopolitanism and special metaphysics ends up evoking the Rational Theology, due to Kant's use of the "nature" as the author of a plan oriented to accomplish the moral destination of mankind. After examining the status of theological arguments in the *Observations* and in *the Idea of a Universal History*, I try to to point out the changes in the Kantian conception of cosmopolitanism in these two wrtitings.

Keywords: Cosmopolitanism; Kant; Critical Methods; *Metaphysica specialis*; Finality.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons.

Introdução

Quando se pensa no cosmopolitismo kantiano, o primeiro texto que vem à mente é *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, de 1784. O cosmopolitismo comparece no título e no corpo do texto – e sob duas formas que convém logo diferenciar. De um lado, representa uma perspectiva determinada sobre os acontecimentos mundanos; de outro, exprime um ideal jurídico concernindo o conjunto dos Estados, cujas relações ensejam a ideia de uma federação de nações – uma ideia que, como se sabe, será retomada e aprofundada por Kant em *A paz perpétua*, de 1795/1796.

O "cosmopolitismo" percorreu uma longa trajetória na história da filosofia antes de chegar a Kant. Segundo o Dicionário Grimm (1854), "*Weltbürger*" verte o grego "*κοσμοπολίτης*". Embora já tivesse circulação na língua alemã no século XVII, *Weltbürger* e suas variações se consolidaram apenas no século seguinte, favorecidos pelo "*cosmopolite*" francês. "*Weltbürger*", palavra composta (*Welt*, *Bürger*), reflete a junção entre o "*kosmos*" e a "*pólis*". Como, todavia, caracterizar esta qualificação do *cosmos* pela sua junção com a *pólis*? Ou, inversamente, como compreender a *pólis*, isto é, a "política" tão logo ela se veja inscrita no plano cosmológico?

Começando pelo "mundo", recorde-se que "*Cosmologie*" ou "*Kosmologie*" possui ampla circulação no curso do século XVIII alemão. Johann Heinrich Lambert, por exemplo, publicou suas *Cartas cosmológicas sobre o estabelecimento da construção do mundo* <*Cosmologische Briefe über die Einrichtung des Weltbaues*> em 1761. Assim como em outros textos da mesma filiação, "cosmológico" ou "cosmologia" demarca um campo semântico próprio, normalizado no interior da *Schulmetaphysik* setecentista nos compêndios de C. Wolff e A. Baumgarten, utilizados nas universidades alemãs à época de Kant. No quadro dessa vertente, a "*Cosmologie*", juntamente com a psicologia e a teologia racionais, constituem disciplinas da "*metaphysica specialis*", distinta da "ontologia geral" ou "metafísica universal".

O mesmo significado da cosmologia reaparece na Dialética Transcendendal da *Crítica da razão pura*, cuja ordenação, tributária dessa tradição, segue, na segunda parte da Lógica Transcendental – isto é, na Dialética Transcendental - a tripartição disciplinar da metafísica especial em psicologia, cosmologia e teologia racionais. Embora a significação do termo permaneça a mesma, Kant rompe com

a tradição que o antecede. A *Crítica*, afinal, extingue as expectativas dogmáticas depositadas sobre a cosmologia, assim como sobre as duas outras disciplinas racionais. Visto que o texto sobre a história universal foi publicado três anos após a primeira edição da *Crítica*, cujos resultados relativos à *metaphysica specialis* são retomados na segunda edição, de 1787, não há por que supor que, no opúsculo de 1784, o "cosmológico" abrigado no "cosmopolitismo" não esteja mediado pelo tratamento crítico dispensado à cosmologia racional no interior da Dialética transcendental.

Mas o que dizer do aspecto político do nosso termo? No opúsculo de 1784, ele é implicado pelo viés sob o qual a "história do mundo" (IaG, AA 08: 30; KANT, 2011, p. 22)[2] enfoca os acontecimentos humanos – uma perspectiva não-teórica que institui o crivo que separa, no inesgotável conjunto de acontecimentos da história factual, o que é ou não relevante para o progresso geral do gênero humano. O aspecto político liga-se, então, a uma consideração normativa, atestada pela incidência, no texto, de expressões de cunho especulativo, tais como "propósito da natureza", "doutrina teleológica da natureza" e "disposições naturais" - figuras da mesma finalidade que comparece no "Ideal da razão pura" e no "Apêndice à Dialética transcendental" de 1781. O que faz presumir que o recurso ao léxico especulativo, na linha do que vale para o conceito racional de "mundo", se encontra igualmente imunizado contra o dogmatismo graças à revolução copernicana efetuada na *Crítica da razão pura*. Antes de sair em busca de suas outras implicações, podemos começar nos assegurando, pelo simples recurso à cronologia, que o "cosmopolitismo" de 1784 possui direito à cidadania crítica.

O cosmopolitismo em 1764

Mas o que essa primeira determinação permite avançar para qualificar o conceito kantiano de cosmopolitismo? Uma comparação com outros textos do próprio Kant pode vir a calhar. Não foi apenas o termo "cosmológico", que estava amplamente difundido na metafísica escolástica alemã do século XVIII, que não precisou esperar pela década crítica para figurar no *corpus* kantiano; o mesmo ocorre com o adjetivo "*weltbürgerlich*"/"*cosmopolita*", bem menos utilizado. Sua primeira aparição por Kant, salvo engano, ocorre sob forma substantivada, no desfecho das *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* (1764):

> depois de o gênio humano ter felizmente ressurgido, de uma quase completa destruição, por uma forma de palingenesia, vemos florescer em nossos dias o gosto do justo e do nobre, tanto nas artes e ciências, quanto em vista dos costumes; e não é de se desejar outra coisa senão que o falso brilho, que tão facilmente ilude, não nos distancie desapercebidamente da nobre simplicidade. Mas, sobretudo, é de se desejar que o segredo ainda não revelado da educação seja arrancado da antiga ilusão, para que o sentimento moral cedo se eleve a um sentimento ativo no seio de todo o jovem cidadão do mundo <*eines jeden jungen Weltbürgers*>, a fim de que nem todo o refinamento se esgote no divertimento fugaz e ocioso de julgar com mais ou menos gosto o que ocorre fora de nós (GSE, AA 02: 256; KANT, 2018, p. 120).

Neste passo, o *cidadão cosmopolita* não se define por pertencer a uma *pólis* determinada; ele designa o sujeito de uma pedagogia moral, cujo objetivo é definido negativamente. Deve-se esperar que o "jovem cidadão do mundo" seja dotado de refinamento, sem que, por isso, se torne leviano na avaliação que faz dos demais. A sofisticação dos costumes aparenta trazer consigo o risco de perdermos de vista a "nobre simplicidade", que deveria, ao contrário, pautar nossa conduta e nossos juízos. O aspecto político liga-se ao bom exercício da faculdade de julgar, entrevisto como possível e desejável em uma ordem histórica abrangente, na qual o gênero humano, tendo ressurgido após quase desvanecer, vê agora aflorar "o gosto do justo e do nobre, tanto nas artes e ciências, quanto em vista dos costumes".

O que mais extrair daí? A inscrição do cosmopolitismo em uma temporalidade de larga escala, em que Kant faz clara remissão à Idade Média e ao Renascimento para, em seguida, situar-se nos dias presentes, faz perguntar se, à expectativa de que o "jovem cidadão do mundo" exerça seu juízo com discernimento, não subjaz algum tipo de filosofia da história, que encadeasse os eventos humanos numa ordem presidida por um fim prático-moral. Que algo dessa ordem esteja presente parece óbvio. O "gosto do justo e do nobre", a "nobre simplicidade" e a elevação do "sentimento moral" veem-se aqui temporalizados, isto é, inscritos em um processo social, diante do qual Kant levanta expectativas quanto à realização do fim moral que inspira

a pedagogia do homem ilustrado. Por outro lado, no conjunto, o trecho contenta-se em apresentar uma estimativa ou fazer uma aposta, deixando claro que a realização desse ideal permanece em aberto.

Logo, embora a questão do cosmopolismo surja em 1764 associada ao recurso implícito a uma filosofia da história, esta última não prevê o que quer que seja sobre o futuro. O desenvolvimento ulterior do gênero humano é um livro por ser escrito. No que tange às *Observações*, o viés filosófico que termina impregnando a história dos eventos não faz *spoiler* sobre o que aguarda a humanidade no fim dos tempos. Trata-se apenas de conferir dignidade moral e política ao presente e ao conjunto de possibilidades emancipatórias abrigado por ele, numa disputa que concerne ao "gosto" e ao "refinamento", compreendidos como exercícios da faculdade de julgar voltados para o esclarecimento dos homens. Cosmopolitismo, filosofia da história e análise da cultura seguem juntos, antecipando o que irá se verificar em 1784, quando serão novamente reunidos no conjunto formado pelos opúsculos sobre o Esclarecimento e sobre a história universal. Em sua etapa ulterior, porém, o cosmopolitismo já circula imunizado pela *Crítica da razão pura* contra o dogmatismo; vale colocar-se, por isso, a questão pelo estatuto de que gozava o cosmopolismo kantiano antes da revolução copernicana em filosofia. O simples fato de a redação das *Observações* ter sido realizada no período pré-crítico bastaria para afirmar que suas afirmações sobre a história veiculam premissas dogmáticas?

Distinção de planos analíticos

Examinemos esta questão a partir dos elementos fornecidos pelo próprio texto. Convém, em primeiro lugar, aprofundar o que significa a advertência inicial de que o olhar adotado nas *Observações* será "mais de observador do que de filósofo" (I. Kant, GSE, AA 02: 207; trad. p. 30). A adoção do "método" da observação, expresso no título, também é reiterado no desfecho: o último parágrafo, de onde tomei a extensa citação anterior, abre-se assim: "Se, por fim, lançarmos um olhar sobre a história... <*Wenn wir zuletzt noch einige Blicke auf die Geschichte werfen*...>" (GSE, AA 02: 255; KANT, 2018, p. 118). Convenhamos, *lançar olhares* passa a ideia de certo desprendimento em relação às investigações penosas exigidas pela "eterna inconstância" (UD, AA 02: 275; KANT, 2005, p. 103) dos combates infindáveis entre as seitas metafísicas – um diagnóstico que, do início

da década de 1760 em diante, motivará Kant a empreender a reforma do método filosófico. Ao assumir a "observação", em todo caso, ele parece buscar uma pausa no enfrentamento das questões propriamente filosóficas.

A atenção ao contexto em que são redigidas as *Observações* também pode fazer pensar que o método em pauta se distancia de tudo que é especulativo. Como é sabido, a primeira metade da década de 1760 também é o período em que Kant tomou contato com os moralistas escoceses (incluindo nisto D. Hume) e Jean-Jacques Rousseau. *Do contrato social* e *Emílio*, obras que mereceram especial atenção do filósofo alemão, haviam sido publicadas em 1762. As *Observações*, compostas à época em que Kant havia sido apelidado por Herder de "Shaftesbury alemão", contêm referências aos debates britânico e francês sobre a cultura, a moralidade e os costumes. É sob sua influência que Kant redigiu o texto; não surpreende que ele aí não se detenha em examinar o fundamento da obrigação moral, como havia feito, pouco tempo antes, na *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral* (redigido entre 1762/63 e publicado em 1764). Ao invés disso, propósitos individuais são considerados do ponto de vista dos seus efeitos sociais. Numa clara antecipação da "astúcia da razão", Kant afirma, na segunda sessão das *Observações*, ser vantajoso, do ponto de vista "do todo da espécie humana", que a maior parte dos agentes se paute por princípios egoístas (GSE, AA: 02: 227; KANT, 2018, p. 67). Buscando a aprovação alheia, terminam inadvertidamente favorecendo o progresso moral da humanidade. Se tal conclusão não colide com a demarcação do princípio da obrigação, empreendida na *Investigação*, é porque Kant diversifica os planos. É como se, nas *Observações*, ele adotasse para comunicar-se uma faixa sonora diversa daquela em que já havia inquerido pela moralidade do agente individual. Essa distinção de planos, diga-se de passagem, antecipa aquele que será o expediente crítico por excelência a partir da década de 1780. Com efeito, a variação de perspectivas propiciada pela diversificação de planos analíticos corresponderá a um elemento central da racionalidade crítica – requerida, inclusive, para distinguir os dois pontos de vista sobre as coisas em geral, qualificadas, a partir de 1781, como fenômeno ou coisa-em-si (KrV B XX).

Resta saber se a perspectiva do observador, posta em prática nas *Observações*, não incorpora elementos metafísicos de outro âmbito, diverso daquele em que transcorre a análise das intenções do

agente. Pelo que já foi adiantado aqui, o ponto de vista cosmopolita de 1764 pode ser qualificado como uma perspectiva sobre a cultura e os costumes que, sem deixar de atentar à moralidade das condutas humanas, as avalia sob a ótica da história, isto é, do significado que possuem para o conjunto da humanidade. O cosmopolitismo enseja, assim, empreender observações sobre a diferença entre os temperamentos, a divisão dos gêneros e a diversidade dos povos, sem permanecer refém da investigação sobre o princípio da obrigação. Ser cosmopolita requer transpor os limites da análise de intenções da consciência moral – o que, de fato, constitui cláusula indispensável para se cogitar a política.

Mas, para avançar em nossa discussão, a emancipação do método de observação em relação à análise dos princípios morais não basta para responder pela questão sobre a presença ou não de pressupostos especulativos no texto de 1764. Pode bem ser que a reflexão política, a fim de retomar questões morais projetando-as na história, recorra a princípios especulativos ligados, não à identificação da "necessidade legal" (isto é, incondicional) dos fins como característica diferenciadora da obrigação prática, como se lê no desfecho da *Investigação sobre a evidência* (I. Kant, UD, AA 02:298; trad. 2005, 137) e sim, eventualmente, à figura da providência divina. Essa hipótese, de resto, é acolhida pelo lado do método, sobre o qual falávamos há pouco. Pois a diversificação de planos analíticos de que Kant já lança mão na década de 1760 o incita a entabular articulações entre eles. A descoberta metodológica da diversificação de perspectivas convida a buscar para as análises de conjuntura o lastro de racionalidade que, conforme ordena o figurino da *Schulmetaphysik* em que Kant se formou, está sedimentada no corpo das disciplinas da *metaphysica specialis*, dentre as quais figura exatamente a teologia racional. Averiguemos, portanto, se, em prol do cosmopolismo, Kant não rebate o plano da observação dos costumes na consideração metafísica da providência.

Recorde-se, a propósito, que as *Observações* foram publicadas apenas um ano após a primeira edição de *O único argumento possível para a existência de Deus* (1763). Esse é um escrito difícil, já que Kant hesita em fornecer uma prova cabal da existência do ser supremo. Basta ler a última sentença do texto para dar-se conta disso: "É totalmente necessário convencermo-nos da existência de Deus, porém não é tão necessário demonstrá-la" (BDG, AA 02: 163). No curso do texto, Kant refuta a prova cartesiana, intitulada "a prova ontológica",

fornecendo, em seu lugar, uma demonstração baseada no argumento de que, se algo é possível, então Deus existe. A análise da possibilidade diz que algo só é possível, se os seus elementos constitutivos forem logicamente compatíveis, isto é, se não houver contradição entre eles. No entanto, não pode haver relações sem que exista um suporte para elas. Toda relação liga algo <*etwas*> à outra coisa, diversa dele. Há, portanto, uma *matéria* do possível e negá-la seria abolir toda a possibilidade. Kant então conclui pela equivalência entre esse *todo da realidade* e o ser supremo. Essa é a prova *a priori*, que fornece à teologia racional o único fundamento de prova da ideia de um Deus ordenador, o que possui implicações cosmológicas: "a possibilidade da ordem, da beleza e da perfeição não possui um fundamento suficiente, caso não se pressuponha uma vontade concordando com o entendimento. Deve-se, portanto, atribuir essas propriedades ao Ser supremo" (BDG, AA 02: 88; ver 02: 91-2).

Nas *Observações*, o princípio teológico da ordenação do mundo opera implicitamente, assegurando que os contrastes existentes entre os indivíduos se apresentem "por assim dizer, de forma comovente como o grande quadro de toda natureza humana" (GSE, AA 02: 226; KANT, 2018, p. 66) – isto é, como uma diversidade ordenada sob o "projeto da grande natureza" (GSE, AA 02: 227; KANT, 2018, p. 66). Assim também, a diversidade dos temperamentos humanos forma um conjunto que obedece ao "grande desígnio da natureza [*die grosse Absicht der Natur*]" (GSE, AA 02: 227; KANT, 2018, p. 67). Ainda que a maioria dos homens seja constituída por indivíduos que "têm fixo diante de si o próprio e amado eu como único ponto de referência de todos os seus esforços, e que buscam fazer girar tudo em volta do *interesse próprio*", o que se observa é que esse egoísmo difuso é benéfico para o conjunto:

> Nada também poderia ser mais vantajoso, pois estes são os mais assíduos, ordeiros e prudentes; dão aprumo e solidez ao todo, na medida em que, mesmo despropositadamente, tornam-se úteis ao bem público, provendo as necessidades exigidas e oferecendo a base sobre a qual almas delicadas podem propagar beleza e harmonia (GSE, AA 02: 227; KANT, 2018, p. 67).

Eis, então, alguns resultados preliminares. Em sua primeira aparição no *corpus* kantiano, o cosmopolitismo envolve uma

consideração das ações humanas que não se restringe a ponderar o valor moral dos agentes individuais. Mas, se Kant desconsidera os princípios da obrigação moral, é porque, ao realizar o exame do efeito de conjunto que as condutas produzem socialmente, recorre a princípios tomados da teologia especulativa. Prova-o o fato de que, nos argumentos apresentados na segunda sessão das *Observações*, voltada para as qualidades do sublime e do belo no homem em geral, a "natureza" faz as vezes de providência divina.

Cosmopolitismo e metafísica especial em 1784

O que ensina essa escala nas *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, nas quais, ao contrário do que poderia fazer crer uma primeira leitura, a incidência inicial do tema do cosmopolitismo se liga a premissas de natureza especulativa? Devemos imaginar que as coisas se alteram no quadro inaugurado pela revolução copernicana em filosofia?

Viu-se de início como, na *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, Kant utiliza um léxico familiar à metafísica especial, ao lançar novamente mão de noções como "propósito da natureza", "doutrina teleológica da natureza", ou "disposições naturais". Acrescente-se, noutra direção, que passos do texto de 1784 seguem de perto argumentos e conclusões apresentados nas *Observações.* Exemplo disso é a passagem abaixo, que, enunciando em plena década crítica a "astúcia da razão", evoca com nitidez o trecho já citado das *Observações*:

> Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para sua realização, e mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importaria (IaG AA 08: 17; KANT, 2011, p. 4).

Essas correspondências não são fortuitas. Ao contrário, explicam-se pelo recurso de Kant ao *background* especulativo representado, nos dois casos, pela teologia racional. Convém

rapidamente examinar, então, o estatuto que lhe reserva o idealismo crítico fundado em 1781.

As primeiras páginas da "Dialética transcendental" nos apresentam as ideias transcendentais como "fundadas na natureza da razão humana" e possuindo como função fazer "a unidade do entendimento avançar o máximo possível até o incondicionado". Apesar de carecerem de um uso *in concreto*, são indispensáveis para "trazer o entendimento à direção correta, na qual o seu uso, estendido ao máximo, é ao mesmo tempo colocado em completo acordo consigo mesmo" (KrV A 323/B 380). No capítulo dedicado ao "ideal da razão pura" – que, na *Crítica*, toma o lugar da teologia racional dogmática – , deparamos com a mesma advertência: apesar de não possuírem realidade objetiva, as ideias dispõem de "uma certa completude, a que não chega nenhum conceito empírico possível, e a razão só visa aí uma unidade sistemática, da qual a unidade empiricamente possível busca aproximar-se, sem jamais atingi-la inteiramente" (KrV A 567-568/B 595-596). Essa unidade sistemática, lê-se no "Apêndice à Dialética Transcendental", exprime a natureza da própria razão:

> Se examinarmos em seu conjunto completo os conhecimentos de nosso entendimento, verificamos que aquilo que nossa razão dispõe sobre eles, de um modo inteiramente próprio, e que procura produzir, é a sistematicidade do conhecimento, isto é, sua concatenação a partir de um princípio (KrV A 646/B 674).

Esse passo é esclarecedor sobre o papel das ideias especulativas no interior da epistemologia crítica. Pois, sem que as determinações produzidas pela aplicação dos conceitos do entendimento aos fenômenos sejam reportadas à unidade sistemática pensada pela razão sob a figura da ideia teológica, não haveria sequer meios de assegurar inteligibilidade à experiência. Não fosse a razão prover (em pensamento) unidade à diversidade dos fenômenos considerados materialmente, "não existiria de modo algum a lei lógica dos gêneros, nem mesmo um conceito de gênero ou algum conceito universal, *e nem mesmo o entendimento*, já que este lida apenas com eles" (KrV A 653-654/B 681-682; grifado por mim).

No opúsculo de 1784, apesar do assunto ser outro, também deparamos de pronto com o par unidade/diversidade. Logo no início do texto, Kant deixa claro que, se nos abandonássemos aos fatos

históricos, jamais seríamos capazes de descobrir, a partir deles, alguma articulação duradoura. Os acontecimentos ligados às nações e aos Estados tornam-se compreensíveis apenas na medida em que lançamos mão de um princípio sinóptico capaz de vislumbrar unidade na diversidade. Esse princípio é a pressuposição racional da providência ou natureza, unicamente por referência à qual o filósofo da história poderá mensurar o progresso moral do gênero humano. Somente assim, a *Historie* pode dar vez à *Weltgeschichte*, fazendo com que "o que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais" possa "ser reconhecido, no conjunto da espécie, como um desenvolvimento contínuo e progressivo, embora lento, de suas disposições naturais" (IaG, AA 08: 17, KANT, 2011, p. 3).

A visão sinóptica implicada pelo ponto de vista cosmopolita reenvia ao *todo* da cosmologia racional, como já acontecia em 1764. E a analogia não termina aí: como nas *Observações*, também, na *Ideia*, a totalização implicada pela cosmologia se subordina à pressuposição da existência de uma providência, origem e princípio ordenador do "cosmos". Não bastasse a já citada expressão de um "propósito da natureza <*Naturabsicht*>", Kant fala de "plano da natureza para criaturas que procedem sem um plano próprio <*Plane der Natur*>" (IaG, AA 08:18; KANT, 2011, p. 4) ou, numa aparente inovação, de uma "doutrina teleológica da natureza", sem a qual seríamos defrontados a "um jogo sem finalidade da natureza" (IaG, AA 08: 18; KANT, 2011, p. 5). A "insociável sociabilidade", artifício de que a natureza se serve para realizar suas disposições em relação aos homens, repousa na mesma ideia especulativa. "O homem quer a concórdia, mas a natureza sabe mais o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia" (IaG, AA 08: 21; KANT, 2011, p. 9). No fim desse passo, com que se encerra a 4ª Proposição da *Ideia*, Kant afirma que o desenvolvimento dessas disposições naturais – que, recorde-se, é o pressuposto racional que funda a *Weltgeschichte* – revela a disposição de um sábio criador, "e não a mão de um espírito maligno que se tenha intrometido na magnífica obra do Criador" (IaG, AA 08: 22; KANT, 2011, p. 10). Embora não seja essencial ao objetivo traçado aqui, vale observar que esse mesmo esquema conceitual reaparecerá na argumentação de Kant em *A paz perpétua*. No "Suplemento Primeiro", Kant afirma que o fiador da paz perpétua é "a grande artista, a Natureza (*natura daedala rerum*), de cujo curso mecânico transparece com evidência uma finalidade: através da discórdia dos homens fazer

surgir a harmonia, mesmo contra sua vontade" (ZeF, AA 08: 360; KANT, 2009, p. 151).

Conclusão

Ao retomar as *Observações sobre o belo e o sublime* a fim de examinar a primeira aparição do "cosmopolitismo" nos textos de Kant, constatou-se que sua entrada em cena transcorre em um contexto argumentativo diverso da investigação dos primeiros princípios metafísicos - ou da fundamentação, caso se prefira (LOUDEN, 2000) - dos costumes, levada a cabo na *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*. Mas nem por isso Kant se furtava de afiançar o cosmopolitismo especulativamente. Viu-se, com efeito, qual a natureza da ligação entre o cosmopolitismo e a metafísica especial: quer em sua primeira aparição, em 1764, quer em sua versão crítica, de 1784, o cosmopolitismo é menos tributário da cosmologia que da teologia racional. É que o "cosmopolitismo" subordina a ideia do *todo*, intrínseca à cosmologia, a um princípio transcendente que responde pela organização eficaz dos temperamentos, condutas e afetos humanos – uma organização que, na época longínqua da Cidade grega, era a um só tempo exigida pela *pólis* e atendida no interior de seus limites. A paisagem já muda de figura com o estoicismo romano, que faz do cosmos o município ideal habitado pelo sábio. Na modernidade, o princípio que responde por essa organização também ultrapassa o âmbito dos indivíduos, dos fins e dos interesses particulares, remetendo aos desígnios nem sempre discerníveis que um Deus pessoal reservou para suas criaturas. O cosmopolitismo kantiano, nos seus dois momentos examinados aqui, inscreve-se nesta linha, como revela o enraizamento das considerações sobre a história do mundo na metafísica especial.

Mas qual, então, a diferença emtre 1764 e 1784? Pode-se adiantar que ela não concerne ao grau do comprometimento do cosmopolismo com a metafísica especial de um para outro escrito. Avançando mais um pouco, pode-se perguntar: e quanto ao teor crítico do cosmopolitismo, ele se altera quando se compara as *Observações* com a *Ideia*? Aqui, é nada menos do que o significado da crítica que solicita nosso juízo. Para o momento, só posso reafirmar minha convicção quanto ao caráter crítico da "Dialética transcendental da razão pura", com especial ênfase sobre a função decisiva, mas não dogmática, que o "Apêndice à Dialética Transcendental" confere às

ilusões racionais para o conhecimento de experiência. Pois, *como diz o texto*, a despeito de não dispor de validade objetiva, a totalização produzida pela ilusão racional é o que torna possível pensar os fenômenos da natureza como eventos dotados de regularidade, como dispostos de forma ordenada – portanto, como suscetíveis de alguma finalidade. Ora, vimos que Kant mobiliza a mesma premissa especulativa no opúsculo de 1784, para com ela introduzir, no âmbito dos acontecimentos humanos, uma história dotada de sentido, sem o que não haveria como entrever o progresso moral da espécie. Tudo isso é crítico *e* especulativo, embora não *dogmático*; e, para não se perder nisto, basta atentar ao fato de que a crítica kantiana sempre se opôs ao dogmatismo, não à metafísica (que ela irá reabilitar e promover).

Quanto às *Observações*, será que essas conclusões relativas à década crítica também se aplicariam à posição de Kant no início da década de 1760? A resposta em boa parte depende do modo como se interpreta o escrito sobre o único fundamento-de-prova da existência de Deus: pode-se, sem hesitação, considerá-lo como um texto dogmático? Pois, em última análise, a questão passa por determinar se a totalidade pensada pela razão sob a figura da "natureza", nas *Observações*, admitiria ou não uma formulação positiva, como as fornecidas à época pela teologia racional dogmática, cuja validade é examinada no escrito sobre as provas da existência de Deus. Mas isso merece ser discutido noutra ocasião. Pode-se, em todo caso, afirmar que, tanto em 1764, quanto vinte anos depois, o cosmopolitismo assinala que a investigação dos princípios da moralidade, se abandonada a si mesma, não dá conta de explicar a vida como ela é. Mas *a partir de que lugar* dizer como a vida é? Eis aí a destreza do "observador", capaz de ponderar como as motivações por trás das ações dos agentes se inscrevem na realidade. Ele considera as coisas humanas reportando-as a um significado que as transcende, um "além daqui" (*meta-physica*) que compreenderíamos erroneamente, se associássemos a isso um mundo povoado por seres suprassensíveis. Trata-se apenas de reportar nosso juízo sobre as experiências humanas a um princípio capaz de integrá-las em uma compreensão abrangente, *como se* fossem pautados pela providência. Reportar-se a esse "*não-lugar*" torna-se condição para redigir a história dos acontecimentos humanos. E, desse modo, a utopia vê-se limitada por Kant a seu significado mais modesto e "crítico", aquele se contenta

com a suposição (que, como juízo, já implica uma *posição*) de que os fenômenos façam algum sentido.

Notas

[1] Professor Associado IV do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Bolsista CNPq. E-mail: berlendis.figueiredo@gmail.com; Orcid-iD: https://orcid.org/0000-0003-4441-3037.

[2] As obras de Kant são citadas segundo a *Akademie Ausgabe* e a padronização estabelecida pela *Kant-Gesellschaft* e pela *Kant-Studien.*

Referências bibliográficas

GRIMM, Jacob e GRIMM, Wilhelm (1854). *Deutsches Wörterburch von Jacob Grimm und Wilhelm Grimm*. <https://www.dwds.de/wb/dwb/Weltb%C3%BCrger>

KANT, Immanuel. 1902ss. *Kants Gesammelte Schriften*, Berlin: Walter de Gruyter.

_____. A paz perpétua. Trad. Artur Mourão. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70. pp. 129-185, 2009.

_____. *Crítica da razão pura*. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

_____. Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral. Trad. Luciano Codato. In: *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Edunesp, pp. 101-140, 2005.

_____. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Trad. Vinicius de Figueiredo. São Paulo: Editora Clandestina, 2018.

LOUDEN, R. B. *Kant's Impure Ethics - From Rational Beings to Human Beings*. New York/Oxrford: Oxford University Press, 2000.

Received/Recebido: 30/06/2020
Approved/Aprovado: 19/08/2020